

PROJETO DE LEI Nº 100 /2022.

Dispõe sobre a contratação de portadores de deficiência por pessoas jurídicas que prestem serviços no Estado do Acre.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Estado do Acre deverá conter nos quadros de prestadores de serviços terceirizados, a proporção mínima de 5% de trabalhadores PCD - Pessoas Com Deficiência.

Parágrafo único: Os trabalhadores PCD devem ser alocados nos postos de trabalho determinados no edital de licitação, respeitada a capacidade e limitação individual dos prestadores de serviço portadores de deficiência.

Art. 2º. A obrigação prevista no artigo 1º vincula a administração pública direta e indireta.

Art. 3º. Para efeitos desta Lei, as pessoas com transtorno do espectro autista serão consideradas pessoas com deficiência, nos termos do artigo 1º, §2º da Lei nº 12.764/2012.

Art. 4º. Em não havendo a contratação parcial ou total das PCD, as pessoas jurídicas prestadoras de serviço terceirizados devem comprovar que fizeram publicar em jornais, telejornais, sites das pessoas jurídicas e SINE – Sistema Nacional de Emprego a oferta ao preenchimento das vagas aos PCD.

Parágrafo único: Não havendo a comprovação do caput do artigo 4º, a pessoa jurídica contratada deverá ser penalizada com o encerramento do contrato, como também incluídas as penalidades da Lei 8.666/93.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ESTADO DO ACRE**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

---

Sala das Sessões Deputado Francisco Carraxo.

Rio Branco Acre, 08 de julho de 2022.

**Neném Almeida**  
**PODEMOS**



ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

---

**JUSTIFICATIVA**

Inicialmente cabe ressaltar que a Constituição Federal prevê como princípio fundamental a cidadania e dignidade da pessoa humana, artigo 1º, II e III. Não menos importante é norma constitucional o princípio da igualdade prevista no artigo 5º:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”

Destacamos, em especial, o artigo 6º da CF, que assim determina: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Neste sentido, o presente projeto de lei visa que o poder público cumpra os mandamentos constitucionais, propiciando inclusão social e oportunizando os portadores de deficiência o direito ao trabalho e consequentemente a cidadania.

Sala das Sessões Deputado Francisco Cartaxo.

Rio Branco Acre, 08 de julho de 2022.

**Neném Almeida**  
PODIUMOS